

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: ADAPTAÇÕES CURRICULARES E METODOLÓGICAS

INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN REGULAR PROGRAMS OF PHYSICAL EDUCATION: CURRICULAR AND METHODOLOGICAL ADAPTATIONS

Mey de Abreu van Munster
Universidade Federal de São Carlos

RESUMO: A Educação no Brasil tem sido orientada pelas premissas e princípios da inclusão escolar. Todavia, observa-se a distância entre o que é preconizado na legislação brasileira (documentos legais) e as práticas pedagógicas observadas no cotidiano escolar, sobretudo no que tange o processo educacional de crianças com deficiência. Apesar de consistir um componente curricular obrigatório em diferentes níveis do ensino básico, a Educação Física continua excluindo os indivíduos que mais necessitam de estímulo e investimento em seu processo educacional. No meio acadêmico ainda são escassos os estudos que abordam as *adaptações curriculares e metodológicas* no campo da Educação Física Adaptada a pessoas com deficiências, as quais constituem ferramentas importantes para a inclusão dessa população. O presente ensaio visa discutir o papel das adaptações curriculares e metodológicas (estratégias de ensino; recursos pedagógicos) no processo de inclusão de estudantes com deficiências em programas regulares de Educação Física Escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação Física. Adaptação curricular.

ABSTRACT: Education in Brazil has been oriented by the principles of school inclusion. However, there is a gap between what is recommended in the Brazilian laws (legal documents) and what is practiced in regular schools, especially for children with disabilities. Although Physical Education (PE) is a mandatory curricular subject at different levels of basic education, it continues excluding the students with disabilities, who most need encouragement and investment in their educational process. Studies on *curricular and methodological adaptations* in the field of Adapted Physical Education are still scarce, which are important tools for the inclusion of this population. This essay aims to discuss the role of curricular and methodological adaptations (teaching strategies, pedagogical resources) in the process of inclusion of students with disabilities in regular programs of Physical Education.

KEYWORDS: Inclusion. Physical Education. Curriculum Adaptation.

INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiências nas classes comuns da rede regular de ensino consiste um dos principais desafios da atualidade, nas mais diferentes áreas do conhecimento.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96 (Brasil, 1996) – estabelecem que a educação é direito de todos (artigo 205) e que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter atendimento educacional “*preferencialmente na rede regular de ensino*”, garantindo atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência (artigo 208).

Impulsionados pela Declaração de Salamanca¹, a filosofia e os princípios da inclusão, fortalecem-se mundialmente e chegam ao Brasil em meados da década de 1990.

Segundo Mendes (2006, p.395) a inclusão social consiste em “*um processo bilateral no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade democrática na qual todos conquistariam sua cidadania, na qual a diversidade seria respeitada e haveria aceitação e reconhecimento político das diferenças.*”

¹ A Declaração de Salamanca consiste em um documento produzido a partir da realização da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade”, promovida em 1994 pelo governo da Espanha em conjunto com a UNESCO (Brasil, 1997).

Os pressupostos da inclusão social passaram a influenciar, no contexto educacional, a reformulação do processo de escolarização de pessoas com necessidades especiais², provocando discussões no âmbito das políticas públicas de educação, recentemente orientadas pela perspectiva da inclusão.

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passou a ser repensada, implicando em uma mudança estrutural e cultural da escola a fim de que todos os alunos possam ter suas especificidades atendidas (BRASIL, 2007).

Observe-se a legislação atual. Quando se preconiza, para o aluno com necessidades especiais, o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, evidencia-se uma clara opção pela política de integração no texto da lei, não devendo a integração - seja como política ou como princípio norteador - ser penalizada em decorrência dos erros que têm sido identificados na sua operacionalização nas últimas décadas (Brasil, 1999, s/p).

² Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2007), as necessidades educacionais especiais podem estar direcionadas a: alunos com deficiência; alunos com transtornos globais de desenvolvimento; alunos com altas habilidades/superdotação. Nesse capítulo, será feito um recorte especificamente direcionado às pessoas com deficiências. Segundo o referido documento, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem “impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade” (p.9).

Embora a legislação brasileira garanta o acesso e a permanência de estudantes com deficiências nas escolas comuns (rede regular de ensino), observa-se que a inclusão ainda é uma realidade distante do contexto escolar. No Brasil, muitos estudantes com deficiências permanecem excluídos ou tem sua participação limitada nas aulas de Educação Física, embora seja esta um componente curricular obrigatório em diferentes níveis do ensino básico.

Entre as várias dificuldades para se efetivar o processo de inclusão nas aulas de Educação Física, Fiorini (2012) destaca o despreparo profissional e o desconhecimento por parte dos professores entrevistados acerca do que é possível ou não modificar nos programas de ensino, tais como estratégias (procedimentos) e recursos pedagógicos orientados às necessidades dos estudantes com deficiência.

A formação profissional orientada ao modelo inclusivo constitui uma preocupação já expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (Brasil, 1999 s/p).

No mesmo sentido, voltando ao contexto da Educação Física, Seabra Júnior (2008) ressalta a importância de estabelecer estratégias de ensino e selecionar recursos pedagógicos adequados e/ou adaptados para que os estudantes com deficiências desempenhem, as várias atividades propostas de forma satisfatória.

Atuando nos processos de formação inicial e continuada de professores de Educação Física Escolar que possuem estudantes com deficiências em situação de inclusão na escola comum, verificou-se a manifestação de dúvidas frequentes e comuns, que podem ser traduzidas nas seguintes proposições interrogativas: O que deve (ou não) ser modificado nos programas regulares de Educação Física visando atender as simultâneas demandas de estudantes com e sem deficiências? Em relação ao currículo básico da Educação Física Escolar, quais conteúdos devem permanecer, quais conteúdos devem ser introduzidos ou ainda alterados, de forma a contemplar as necessidades de todos os estudantes envolvidos no processo educativo? Em termos de estratégias de ensino/recursos pedagógicos, o que deve ser modificado de forma a atender as necessidades especiais dos estudantes com deficiências, sem, no entanto, comprometer o envolvimento do grupo como um todo?

A questão problematizadora do presente ensaio pode ser assim sintetizada: “O que, quando e como adaptar os programas de Educação Física às necessidades de estudantes com deficiências?” A resposta é bastante simples e ao mesmo tempo extremamente complexa, na medida em que a diversidade do processo educativo e a singularidade decorrente das características dos estudantes envolvidos não permitem generalizações. Mas pode-se dizer que as adequações curriculares e adaptações metodológicas devem ser feitas “sempre que” e “apenas quando” necessário³.

³ Em prol da integridade das atividades e maximização do potencial das pessoas com deficiências em Programas de Educação Física, Pedrinelli e Verenguer (2004, p.12) ressaltam que convém modificar as atividades “apenas quando necessário, sempre respeitando as metas previamente determinadas, assegurando que as atividades sejam um desafio a todos os participantes e, sobretudo, que seja valorizada a diferença.”

Dessa forma, neste capítulo pretende-se discutir o papel das adaptações curriculares e metodológicas (estratégias de ensino e recursos pedagógicos) no processo de inclusão de estudantes com deficiências em programas regulares de Educação Física Escolar.

ADAPTAÇÕES CURRICULARES EM EDUCAÇÃO FÍSICA

O conceito de currículo não é consensual e é difícil de ser estabelecido, em face dos diversos aspectos envolvidos. O currículo exerce um papel fundamental no processo educacional, pois deve estar associado à identidade da instituição escolar, à sua organização e funcionamento, conforme as aspirações e expectativas da sociedade e da cultura onde está inserida (Brasil, 1999). O currículo deve estar intimamente relacionado ao projeto político pedagógico da escola, consistindo em uma importante referência sobre o que, quando e como ensinar; o que, como e quando avaliar.

Nos currículos regulares ou tradicionais, a ênfase recai sobre o produto, partindo do pressuposto da uniformidade e homogeneidade. Já os currículos inclusivos devem voltar-se para o processo, com base no princípio da diferenciação (Munster & Almeida, 2006).

Acompanhando uma tendência internacional, o Brasil adotou a expressão adaptações curriculares (Parâmetros Curriculares Nacionais - Brasil, 1999) para denominar “*toda e qualquer ação pedagógica que tenha a intenção de flexibilizar o currículo para oferecer respostas educativas às necessidades especiais dos alunos, com base nos pressupostos da educação inclusiva*”⁴.

Essas adaptações resguardam o caráter de flexibilidade e dinamicidade que o currículo escolar deve ter, ou seja, a convergência com as condições do aluno e a correspondência com as finalidades da educação na dialética de ensino e aprendizagem. Não se colocam, portanto, como soluções remediativas para “males diagnosticados” nos alunos, nem justificam a cristalização do ato pedagógico igualmente produzido para todos na sala de aula. Do mesmo modo, não defendem a concepção de que a escola dispõe sempre de uma estrutura apropriada ou realiza um fazer pedagógico adequado a que o educando deve se adaptar. Implica, sim, a convicção de que o aluno e a escola devem se aprimorar para alcançar a eficiência da educação a partir da interatividade entre esses dois atores (Brasil, 1999, s/p).

Orientadas pelo princípio de atenção à diversidade, as adaptações curriculares envolvem alterações em alguns elementos do currículo comum, visando atender às necessidades emergentes no processo educacional e potencializar as oportunidades de aprendizagem dentro da escola comum (Herdero, 2010).

Conforme Herdero (2010), as adaptações curriculares pretendem alcançar a máxima compreensão através de um *currículo adaptado*, mantendo alguns elementos comuns com muitas matérias da referida etapa; uma *metodologia adequada*, com modificações em seus agrupamentos, e novas organizações temporais para dar conta das necessidades individuais, e de aprendizagens das mais significativas e funcionais possíveis. Por isso, realizam-se em três níveis:

- No âmbito do projeto pedagógico e seu currículo escolar
- No currículo desenvolvido na sala de aula

⁴ Em 1999, a Secretaria de Educação Fundamental e a Secretaria de Educação Especial, em ação conjunta, produziram o material didático-pedagógico intitulado “Adaptações Curriculares”, que compõem o conjunto dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, considerando a perspectiva da inclusão escolar defendida pelo Ministério da Educação.

- No nível individual de cada aluno

Tendo como marco de referência o currículo comum, as adequações curriculares são ainda pouco discutidas no meio acadêmico e nos projetos político-pedagógicos institucionais, sobretudo no campo da Educação Física. Refletir sobre as adaptações curriculares no âmbito da Educação Física, cujas propostas curriculares ainda são recentes e pouco consensuais, consiste em nosso atual desafio.

Cabe destacar ainda que, um mesmo estudante pode estar satisfatoriamente adaptado a um determinado componente curricular, mas não necessariamente a outros. Assim, um estudante que apresenta limitações motoras decorrentes de um determinado tipo de deficiência física, por exemplo, pode estar suficientemente adaptado a componentes como matemática, língua portuguesa e ciências (desenvolvidos regularmente em sala de aula com auxílio de tecnologias assistivas) e, ao mesmo tempo, apresentar sérias dificuldades em componentes como a Educação Física, devido às exigências motoras inerentes à prática, quando inadequadamente conduzida pelo professor.

Ainda em caráter de exemplificação, o inverso pode acontecer com um estudante que apresenta deficiência intelectual: este pode apresentar desempenho físico-motor adequado nas aulas de Educação Física, mas possuir dificuldade de acompanhar determinados componentes do currículo formal, devido ao déficit cognitivo (funcionamento intelectual) e às áreas e habilidades do comportamento adaptativo afetadas.

As propostas curriculares sugeridas pelas instâncias governamentais brasileiras não fornecem indicativos acerca de como promover tais ajustes no currículo e no âmbito das adaptações metodológicas; tampouco o professor, como um dos agentes responsáveis pelo processo ensino-aprendizagem, sente-se preparado para efetuar-los.

A Proposta Curricular é um documento recente, implantado em 2008 pelo governo do estado de São Paulo, visando padronizar e organizar os componentes curriculares do ensino fundamental (Ciclo II e Ensino Médio), por meio de conteúdos sistematizados por bimestre e ano, subsidiando os professores em suas aulas por meio de conteúdos, habilidades e competências que o aluno deve adquirir em cada nível de ensino.

Este instrumento tem como finalidade orientar e subsidiar os professores propondo sequências didáticas e sugestões de trabalho, como métodos e estratégias, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares, divididos em um caderno por bimestre para cada série.

Ao analisarem a proposta curricular específica da área de Educação Física, Gatti e Munster (2012) verificaram que o referido material não oferece subsídios específicos acerca das alterações curriculares necessárias para a inclusão de alunos com deficiências. Tampouco são sugeridas adaptações metodológicas ou estratégias de ensino relacionadas às atividades propostas, desconsiderando as necessidades especiais de estudantes em condição de deficiência. Tal fato reforça a necessidade de dedicação a esse tópico.

Ao escrever sobre a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de Educação Física, Craft (1996) sugere quatro opções relacionadas ao currículo que podem ser aplicadas ao contexto educacional, conforme as necessidades evidenciadas:

- Currículo único: alunos que apresentam ou não deficiência participam das mesmas atividades curriculares;

- Currículo em níveis diferenciados: todos os alunos desenvolvem as mesmas unidades temáticas constituintes do currículo, porém com objetivos e níveis distintos, conforme as necessidades apresentadas;
- Currículo com sobreposição: um grupo de alunos desenvolve as mesmas unidades temáticas, mas pratica atividades diferentes ou adaptadas;
- Currículo alternativo: são oferecidas atividades alternativas.

Em associação às possibilidades de alterações curriculares, é necessário investir também em adaptações metodológicas, conforme será abordado no próximo tópico.

ADAPTAÇÕES METODOLÓGICAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A fim de possibilitar o acesso a conteúdos diversificados, torna-se necessário recorrer a procedimentos pedagógicos variados e específicos, visando modificações para atender as necessidades educacionais dos estudantes com deficiência. Algumas atividades ou conteúdos só se tornam acessíveis a pessoas com determinadas deficiências, mediante *adaptações*.

Para Sherril (1998) o processo de adaptação consiste no manejo de variáveis para alcançar as respostas desejadas. A autora descreve tal processo como sendo contínuo, dinâmico e bidirecional (recíproco), sofrendo influência de sete variáveis: variáveis relativas ao ambiente temporal; variáveis relativas ao ambiente físico; variáveis nos equipamentos e materiais; variáveis no ambiente psicossocial; variáveis de aprendizagem; variáveis na instrução e informação; variáveis relativas às tarefas.

No mesmo sentido, Rodrigues (2006, p.41) afirma que *“adaptar é adequar a exigência da tarefa ao nível de desempenho e desenvolvimento do aprendiz”*. O processo de adaptação de uma atividade consiste em intervir sobre um conjunto de variáveis influenciando o seu maior ou menor grau de dificuldade. A manipulação dessas variáveis permitirá sintonizar o nível de exigência da atividade à capacidade de desempenho do aprendiz.

Ao sugerir adaptações durante a prática de atividades, o professor pode seguir alguns princípios propostos por Lieberman (2002):

- Incentivar a pessoa com deficiência a participar das decisões relativas às variáveis de adaptação, considerando a aceitação ou não das modificações por parte do interessado. As adaptações que acentuam a aparência ou percepção das diferenças nem sempre são bem vindas.
- Proporcionar opções de escolha entre as variáveis de adaptação e possibilidades de combinação entre estas. Permitir que a pessoa selecione o tipo de equipamento, o estilo de ensino, as modificações de regras ou alterações no ambiente mais adequados às suas necessidades.
- Garantir a participação da pessoa com deficiência nas atividades ainda que seja necessária assistência física, decrescendo o nível de apoio gradativamente.
- Oferecer a mesma variedade de jogos, esportes e atividades recreativas às crianças que apresentam ou não deficiência.
- Incentivar a prática de atividades coletivas e comunitárias sempre que possível.

As adaptações precisam ser constantemente avaliadas e analisadas, pois as necessidades dos alunos também se alteram periodicamente, requerendo novos ou diferentes ajustes.

Conforme Pedrinelli (2003, p.97) *“tornar um programa adequado para todos pode necessitar mais ou menos modificações, às vezes no estilo de ensino, às vezes em algumas regras, às vezes no ambiente, às vezes no equipamento.”*

Com base em Lieberman (2002) Munster e Almeida (2006) propõem quatro tipos de adaptações metodológicas:

ADAPTAÇÕES QUANTO À INSTRUÇÃO

O professor dispõe de diferentes técnicas e estratégias para adequar sua orientação às necessidades do indivíduo ou grupo.

Uma vez que os alunos apresentam diferentes modalidades de aprendizagem, o professor deve conhecer e identificar o estilo de ensino mais adequado a cada situação, conforme a preferência ou necessidade do aluno. Lieberman (2002) e Rich (2004) descrevem quatro estilos de ensino:

- Estilo por comandos: as decisões quanto ao conteúdo da aula, organização do ambiente e padrões satisfatórios de desempenho são estipulados pelo professor.
- Estilo por tarefas: o professor desenvolve uma série de tarefas que progressivamente conduzem ao cumprimento dos objetivos.
- Estilo por descoberta guiada: por meio de questões ou breves indagações, o professor conduz o aluno ao longo de uma série de desafios progressivos que resultam na descoberta do movimento proposto.
- Estilo solução de problemas: preconiza o desenvolvimento de múltiplas soluções frente a um problema formulado pelo professor, conforme critérios pré-estabelecidos.

A seguir são apresentados vários tipos de abordagem em uma sequência de apresentação das informações, que visa garantir maior autonomia ao indivíduo com deficiência. Em determinadas situações pode-se utilizar as técnicas de instrução em combinação ou associação; em outras, basta o uso de apenas um dos modelos seguintes (Lieberman, 2002):

- Orientação verbal: explicar verbalmente, de forma clara e objetiva, o que se espera que o aluno faça.
- Demonstração: exemplificar por meio de ações demonstrativas ou utilização de modelos o que se espera que o aluno desenvolva.
- Assistência física: fornecer assessoria física ou guiar o movimento do aluno conforme a ação esperada, para que ele apreenda o movimento cinestésicamente.
- *Braille*: conduzir o aluno a tocar e perceber por meio do tato a execução de um movimento ou habilidade realizado pelo professor ou por um colega.

ADAPTAÇÕES QUANTO AOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

As adaptações no equipamento são ajustes e modificações realizadas nos equipamentos convencionais ou originais para torná-los adaptados às necessidades do indivíduo, assegurando-lhe, assim, um melhor desempenho na atividade proposta.

As pessoas com deficiências podem necessitar de equipamentos adaptados para compensar eventuais limitações na mobilidade, dificuldade de preensão, diminuição nas capacidades visuais e/ou auditivas, déficit nas funções cognitivas, dificuldade de concentração etc.

São exemplos de modificações no equipamento: bolas com dispositivos sonoros (guizos ou bips), luvas ou fitas com *velcro* para fixação, bolas mais leves e macias, raquetes mais curtas ou longas.

As dimensões e peso dos equipamentos e materiais devem ser apropriados à idade cronológica e porte físico dos participantes.

ADAPTAÇÕES QUANTO AO ESPAÇO FÍSICO

Algumas variáveis no ambiente podem interferir diretamente na qualidade do processo ensino-aprendizagem de pessoas com deficiências. Ultrapassadas as barreiras arquitetônicas para chegar ao local das práticas de Educação Física, ainda há algumas medidas que podem facilitar a participação dos alunos nas aulas.

A maior parte das adaptações ambientais são percebidas apenas diante das dificuldades ou necessidades apresentadas pelos alunos.

As pessoas com deficiência visual, por exemplo, necessitam da disposição de referências sonoras ou táteis no ambiente, para facilitar sua orientação espacial. Já as pessoas com deficiências físicas, podem precisar de modificações relacionadas à variação na altura da rede da quadra de voleibol; no Handebol em Cadeira de Rodas, a baliza (travessão) deve ser rebaixado em 40 centímetros, para compensar a altura do goleiro que joga sentado, e assim por diante.

ADAPTAÇÕES QUANTO ÀS REGRAS

As adaptações nas regras consistem em qualquer alteração relacionada às regras originais ou culturalmente pré-estabelecidas em um jogo. Eventualmente são necessárias adaptações nas regras para que as pessoas com deficiência possam ser satisfatoriamente incluídas em determinadas atividades.

Para aumentar a chance de participação de um aluno com deficiência intelectual em um jogo coletivo, por exemplo, pode-se solicitar que antes de conceder a posse de bola à outra equipe, necessariamente a bola seja passada a esse aluno. Ou ainda, para equilibrar o placar onde uma equipe esteja levando grande vantagem sobre a outra, pode-se propor que os alunos mais habilidosos alternem sua participação entre as duas equipes, visando equiparação de resultados.

ASSOCIAÇÃO ENTRE ADAPTAÇÕES CURRICULARES E METODOLÓGICAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A flexibilização do currículo no âmbito da Educação Física é algo que deve ser discutido com muito critério. Por vezes, o excesso de autonomia que os profissionais de Educação Física possuem para efetuar mudanças no currículo, conduz à descaracterização dos conteúdos que realmente são essenciais e indispensáveis. Por outro lado, a rigidez em demasia pode levar a um engessamento e à incompatibilidade do currículo com os interesses e necessidades dos estudantes. Ambas as situações podem conduzir a experiências frustrantes aos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Encontrar o ponto ideal para a realização dos ajustes curriculares não é algo simples, tampouco exato. Ao selecionar os conteúdos de um Programa de Ensino, é preciso atentar para o fato de que “todas as vezes que escolhemos o que ensinar, escolhemos também o que deve ser ignorado.” (Carmo, 2002, p.10). Esse poder de decisão não compete exclusivamente ao Professor de Educação Física. Tampouco pode ser completamente delegado ao agrado e conveniência dos estudantes. As decisões relacionadas às alterações curriculares devem ser compartilhadas entre todos os envolvidos no processo, a fim de que sejam compreendidas as razões e os motivos que levam à necessidade de mudanças, de forma consensual e colaborativa.

A decisão de manutenção, alteração ou descontinuidade de um determinado conteúdo deve estar associada às adaptações metodológicas correspondentes às necessidades especiais dos estudantes. Estas sim dependem da apropriação do conhecimento e são de responsabilidade do professor, embora ideias e sugestões dos estudantes possam ser bem recebidas.

De forma geral, as adaptações metodológicas compreendem adequações nas *estratégias de ensino* e nos *recursos pedagógicos* a serem empregados.

Manzini (2010) define estratégia de ensino como a ação do professor que, na maioria das vezes, faz uso de um recurso para alcançar determinado objetivo. Enquanto ação, a estratégia acontece no momento do ensino, porém, deve ser previamente planejada com base nas características dos alunos, o objetivo da atividade e o nível de complexidade exigido.

Recurso pedagógico pode ser conceituado como um estímulo concreto, manipulável e que a esse estímulo seja atribuído uma ou mais finalidades pedagógicas (Manzini & Deliberato, 2007).

As adaptações metodológicas em Educação Física não devem ser confundidas com “improvisação” ou “precarização” do processo de ensino e aprendizagem. As adaptações metodológicas constituem alternativas no processo pedagógico que dependem de: 1. Análise criteriosa da situação; 2. Estudo aprofundado acerca das necessidades e possibilidades do estudante com deficiência; 3. Planejamento adequado; 4. Organização prévia das estratégias de ensino e dos recursos pedagógicos.

Dessa forma, o emprego adequado das adaptações metodológicas pode ser determinante quanto à necessidade ou não de uma adequação curricular.

Na figura 1 ilustra algumas possibilidades de correspondência entre as adaptações curriculares e metodológicas:

	ADAPTAÇÕES CURRÍCULARES	ADAPTAÇÕES METODOLÓGICAS
1º	Conteúdo convencional	Recursos e estratégias usuais
2º	Conteúdo convencional	Recursos e estratégias diferenciados
3º	Conteúdo alternativo	Recursos e estratégias adequados
4º	Conteúdo adaptado	Recursos e estratégias específicos

Figura 1. Correspondência entre adaptações curriculares e metodológicas

Conforme apontado na introdução desse capítulo, as adaptações curriculares e metodológicas devem acontecer “sempre que” e “apenas quando” necessário.

Em um primeiro momento, o professor de Educação Física deverá avaliar as condições de seu aluno com deficiência e a possibilidade do mesmo ter acesso aos conteúdos convencionais previstos no currículo comum. A partir daí, definirá a necessidade ou não de empregar recursos e estratégias usuais (situação 1) ou diferenciadas (situação 2).

Cada situação de ensino é única: em alguns casos, as estratégias e/ou recursos usuais podem ser suficientes, em outros casos, pode ser necessário recorrer a estratégias e/ou recursos diferenciados.

Tomando como exemplo um conteúdo tradicional da Educação Física: a capoeira. Um aluno que apresente a condição de nanismo pode ter acesso a esse conteúdo, sem exigir quaisquer modificações nas estratégias de ensino e/ou recursos pedagógicos (situação 1). Talvez outro aluno, da mesma turma, sem nenhuma necessidade especial aparente, pode exigir uma atenção maior do professor e necessitar de modificações nas estratégias de ensino.

Outra situação hipotética: em determinada etapa do planejamento, está previsto desenvolver jogos pré-desportivos e o professor seleciona uma atividade lúdica como estratégia para o aquecimento: “Rouba-rabinho”⁵. Um aluno com surdez pode participar da brincadeira sem a necessidade de recursos específicos (situação 1). Já um aluno com cegueira, dependerá de algumas modificações nas estratégias e nos recursos, a fim de assegurar sua participação na atividade (situação 2). Para trabalhar em situação de inclusão, Diehl (2006, p.137) sugere que cada rabinho seja amarrado a uma lata de refrigerante, que deverá ser arrastada pelo chão, de forma a fornecer uma referência auditiva para a localização do aluno que não enxerga (adaptação nos recursos pedagógicos). Ainda, sugere que as crianças sejam organizadas em duplas (de mãos dadas), estando uma delas com os olhos vendados (responsável por roubar o “rabinho” dos colegas) e a outra atuando como guia (adaptação na estratégia de ensino).

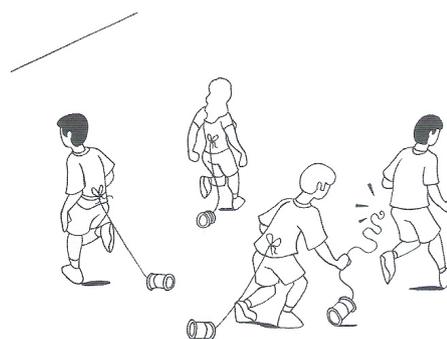


Figura 2. Adaptação da brincadeira “Rouba-rabinho”.

Fonte: Diehl, Rosilene Moraes (2006). *Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência*. São Paulo: Phorte.

Por vezes alguns conteúdos convencionais podem ser pouco acessíveis às pessoas com determinados tipos de deficiências. Mesmo que não seja possível vivenciar diretamente um determinado conteúdo, sempre é possível apreender algo sobre ele. Exemplo:

⁵ A finalidade dessa brincadeira é verificar quem é capaz de roubar o “rabinho” (um pedaço de barbante com cerca de 50 cm de comprimento preso atrás da cintura de cada participante) dos colegas e preservar o seu “rabinho” por mais tempo, ou verificar quem é capaz de roubar o maior número de “rabinhos”.

embora a modalidade “voleibol” até o momento não esteja adaptada às necessidades de pessoas com deficiência visual, o aluno que não enxerga pode conhecer o histórico, compreender as regras do jogo, travar contato com o material de jogo, reconhecer o espaço de jogo (com o uso de recursos como demarcação tátil da quadra ou maquetes em relevo) e até mesmo vivenciar alguns dos fundamentos da modalidade (com estratégias de ensino específicas).

Deve-se ter em mente que o grupo de alunos como um todo não pode se privar da oportunidade de conhecer e experimentar os conteúdos previstos no currículo comum em função dos impedimentos ou limitações de um único aluno. Todavia esse aluno não deve ficar ocioso, sendo sumariamente dispensado da atividade, atuando como mero espectador ou desempenhando subpapel, tais como auxiliar na contagem (placar), ajudar a bater corda para os colegas pularem, segurar/sustentar objetos e outras funções que o subjuguem. Ambas as situações são excludentes e não são aceitáveis, pois todos os envolvidos possuem o direito de maximizar suas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento pessoal.

Em algumas situações, quando a condição do aluno definitivamente o impede de vivenciar certos aspectos de um dado conteúdo, deve-se recorrer a um *conteúdo alternativo*. Como exemplo: uma criança com paralisia nos membros inferiores e usuária de cadeira de rodas, provavelmente não conseguirá realizar saltos (em altura ou extensão) na modalidade atletismo. Mas pode ter acesso às outras provas de campo do atletismo, tais como os arremessos e lançamentos (situação 3). Para tanto será necessário adequar recursos pedagógicos e estratégias de ensino conforme a situação de cada estudante. O importante é que não sejam negligenciados esforços para a participação e envolvimento desse aluno.

Por fim, ainda é possível recorrer a um *conteúdo adaptado*, ou seja, atividades modificadas ou concebidas especificamente para atender as necessidades especiais de pessoas com deficiências. Os esportes adaptados constituem um exemplo disso, pois foram sistematizados de forma a permitir a participação de pessoas com deficiências, por meio de adequações e ajustes nas regras, no espaço físico, nos materiais e equipamentos. Embora determinadas modalidades de esporte adaptado, tais como a bocha e o *goalball*, tenham sido desenvolvidas especialmente para as pessoas com deficiências, no contexto educacional, podem ser praticadas numa abordagem inclusiva, permitindo a participação de pessoas que não apresentam deficiências (situação 4).

Conforme indicam Garcia e Munster (2009), o esporte adaptado pode ser introduzido como conteúdo nas aulas de Educação Física Escolar, independentemente da presença ou não de alunos com deficiências. Além de desenvolver habilidades motoras diversificadas e específicas, possibilita a oportunidade de pensar sobre as diferenças e potencialidades das pessoas com deficiências, favorecendo atitudes inclusivas e de respeito à diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo de estudo sobre as adaptações curriculares e metodológicas constitui um universo de possibilidades a ser explorado no âmbito da Educação Física. Refletir sobre a correspondência entre adaptações curriculares e metodológicas no processo pedagógico é um desafio intrigante e contagiante, na medida em que permite ao professor de Educação Física

se reconhecer como agente co-responsável pelas conquistas e realizações dos estudantes que apresentam deficiências.

Todavia, as ações e práticas pedagógicas do professor necessitam ser respaldadas não apenas pelos documentos legais mas, sobretudo, pelo conhecimento e desenvolvimento científico no campo da Educação Física Adaptada. Há que se estimular investigações mais aprofundadas na área de adaptações curriculares e metodológicas de forma a permitir que as intenções inclusivas manifestadas na legislação brasileira possam efetivamente ser asseguradas aos estudantes com deficiências, refletindo-se na qualidade de seu processo educacional.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (1988). Assembléia Nacional Constituinte. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal/ Secretaria Especial de Editoração e Publicações.
- Brasil. (1996). Congresso Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União n. 248, de 23/12/96 – Seção I*, (p. 27833). Brasília.
- Brasil. (1997). Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, DF: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE.
- Brasil. (1999). *Parâmetros curriculares nacionais*. Adaptações curriculares. Brasília: MEC.
- Brasil. (2007). Ministério Educação e Cultura, Secretaria Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2013.
- Carmo, A. A. (2002). Inclusão Escolar e a Educação Física: que movimentos são estes? *Integração*, 6-13.
- Craft, D. H. (1996). A focus on inclusion in Physical Education. In: Henessy, B. (Ed.), *Physical Education source-book*. Champaign: Human Kinetics.
- Diehl, R. M. (2006). *Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência*. São Paulo: Phorte.
- Garcia, F. R. & Munster, M. A. van. (2009). *Esportes Adaptados e Educação Física Escolar: implicações para uma prática pedagógica inclusiva*. In: Jornada Científica e Tecnológica da UFSCar (p.359). São Carlos: UFSCar.
- Gatti, M. R. & Munster, M. de A. van. (2012). Caderno do Professor: Subsídios para a Inclusão na Educação Física Escolar? *Revista da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, 13, 13 - 17.
- Fiorini, M. L. S. & Manzini, E. J. (2012). *Dificuldades dos professores de Educação Física diante da inclusão educacional de alunos com deficiência*. [Trabalho Completo]. In: Congresso Brasileiro De Educação Especial (pp. 8844-8858). São Carlos: UFSCar.
- Herederó, E. S. (2010). A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. *Acta Scientiarum Education*, 32 (2), 193-208.
- Lieberman, L. J. (2002). *Strategies for Inclusion: a handbook for Physical Educators*. Champaign: Human Kinetics.

- Manzini, E. J. (2010). Recurso pedagógico adaptado e estratégias para o ensino de alunos com deficiência física In: Manzini, E.J. & Fujisawa, D. S. *Jogos e recursos para comunicação e ensino na educação especial*. Marília: ABPEE.
- Manzini, E. J. & Deliberato, D. (2007). *Portal de ajudas técnicas: equipamento e material pedagógico para educação – recursos adaptados II*. Brasília: ABPEE/MEC/SEESP.
- Mendes, E. G. (2006). A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 11 (33), 387-405.
- Munster, M. A. van & Almeida, J. J. G. Um olhar sobre a inclusão de pessoas com deficiência em programas de atividade motora: do espelho ao caleidoscópio. In: D. Rodrigues (Ed.), *Atividade Motora Adaptada: alegria do corpo*. Porto Alegre: Artmed.
- Pedrinelli, V. J. (2003). Um guia ilustrativo de atividades. In: P. H. Verardi & V. J. Pedrinelli (Ed.), *Desafiando as Diferenças*. São Paulo: SESC.
- Pedrinelli, V. J. & Verenguer, R. C. G. (2004). Educação Física Adaptada: introdução ao universo das possibilidades. In: M. Greguol, (Ed.) *Atividade Física Adaptada*. São Paulo: Manole.
- Rodrigues, D. (2006). As dimensões de Adaptação de Atividades Motoras. In: D. Rodrigues (Ed.), *Atividade Motora Adaptada: alegria do corpo*. Porto Alegre: Artmed.
- Rich, S. M. (2004). Estratégias de instrução na Educação Física Adaptada. In: J. Winnick (Ed.), *Educação Física e Esportes Adaptados*. São Paulo: Manole.
- Seabra Júnior, M. O. (2008). *Estratégia de ensino e recursos pedagógicos para o ensino do aluno com deficiência visual na atividade física adaptada*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- Sherrill, C. (1988). *Adapted physical activity, recreation and sport: crossdisciplinary and lifespan*. (5th ed.). Boston: McGraw-Hill.

NOTAS DO AUTOR

MEY DE ABREU VAN MUNSTER

Universidade Federal de São Carlos

Departamento de Educação Física e Motricidade Humana

Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

E-mail: mey@ufscar.br

